

Santos: 3º depoimento.

PODERÁ COMPROMETER EX-ASSESSOR DE HARGREAVES

O ex-assessor do Senado e delator do escândalo do Orçamento José Carlos Alves dos Santos será ouvido hoje, às 11h, na Polícia Federal de Brasília, onde está preso, por três parlamentares da Subcomissão de Subvenções Sociais da CPI do Orçamento: o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), coordenador da subcomissão, e os deputados Nelson Tradd (PTB-MS) e Lázaro Barbosa (PMDB-GO). Este será o terceiro depoimento de Alves, que pediu ao presidente da comissão, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), para explicar mais detalhadamente os mecanismos de manipulação de verbas da União. O senador Alves Filho acredita, porém, que Santos poderá esclarecer a participação do ex-assessor do ex-ministro Henrique Hargreaves, Luis Bandeira da Rocha Filho, no esquema de distribuição dos recursos do Orçamento para subvenções sociais.

Luis Bandeira, que prestou depoimento ontem na subcomissão de subvenções sociais, é irmão de Raimunda Francisca Bandeira de Araújo, responsável pela Fundação Vivili, do Piauí, entidade que conseguiu receber US\$ 1,4 milhão entre 1991 e 92 em subvenções. Várias irregularidades foram constatadas na aplicação dos recursos destinados à fundação. O dinheiro para o custeio da entidade foi gasto na compra de uma

comioneta D-20 cabine Dupla, com ar refrigerado e frigobar, e duas bicicletas de 12 marchas, além de cartucho de videogame, gravata de seda, roupas e calçados, segundo relatório da subcomissão. Em seu depoimento, Bandeira garantiu desconhecer as acusações de desvio de recursos mas informou aos parlamentares que encaminhou o seu cunhado, Ângelo Melo, para que ele solicitasse as verbas de subvenção social a José Carlos Alves dos Santos. Bandeira garantiu, entretanto, que o ex-ministro Henrique Hargreaves jamais tomou conhecimento da existência da Fundação Vivili nem mesmo do seu parentesco com os dirigentes da entidade.

O relatório das subvenções sociais é, entre todas as subcomissões, o que está em estágio mais avançado. Para ser concluído, carece de detalhes e a tomada de alguns depoimentos. Nas suas recomendações finais, vai propor que as auditorias feitas pelo Tribunal de Contas da União, que constatarem irregularidades nas entidades investigadas pela CPI, sejam imediatamente enviadas ao Ministério Público Federal para providências penais contra os responsáveis pelo desvio de verbas e para o ressarcimento à União. Também vai propor mudanças no sistema de liberação de verbas da União para entidades assistenciais, culturais e educacionais.